

IMPORTÂNCIA E VARIEDADE DAS AVALIAÇÕES EDUCACIONAIS: UM BREVE PANORAMA GLOBAL

Arcielli Royer Nogueira ¹

RESUMO

As avaliações educacionais pelo mundo são instrumentos de extrema importância para medir o rendimento dos estudantes, avaliar a efetividade dos sistemas de ensino e orientar a elaboração de políticas públicas. Elas abrangem desde exames nacionais padronizados até estudos comparativos internacionais, como o PISA, TIMSS e PIRLS, que possibilitam uma comparação entre nações em áreas como leitura, matemática e ciências. Este texto tem como objetivo fornecer uma perspectiva completa sobre essas avaliações, enfatizando sua importância para acompanhar o rendimento escolar e direcionar aprimoramentos nas políticas de educação. O estudo utiliza uma metodologia qualitativa, exploratória e descritiva, recorrendo a fontes primárias, tais como documentos governamentais, e pesquisas secundárias já publicadas sobre o assunto. Essas pesquisas coletaram dados importantes para considerar práticas pedagógicas que podem ser aplicadas em vários contextos, além de enfatizar os obstáculos que os sistemas educacionais enfrentam globalmente. Compreendendo o impacto dessas avaliações, é possível formular políticas fundamentadas em evidências, com o objetivo de melhorar a qualidade da educação e fomentar um ensino inclusivo e justo para todos os alunos. Assim, a pesquisa auxilia em uma reflexão mais detalhada sobre as práticas e desafios da avaliação educacional em larga escala, tanto a nível nacional quanto internacional, direcionando políticas educacionais mais eficazes que fomentem uma educação de qualidade, equânime e com equidade.

Palavras-chave: Avaliação em larga escala; Políticas Educacionais, Desempenho dos Alunos.

INTRODUÇÃO

As avaliações em larga escala internacionais, iniciaram seu desenvolvimento partir da segunda metade do século XX, houve um aumento no interesse pela melhoria da educação e uma demanda por informações comparativas sobre o rendimento dos estudantes. O First International Mathematics Study (FIMS), o primeiro estudo internacional de matemática, foi concluído em 1964 pela Associação Internacional para a Avaliação do Desempenho Educacional (IEA). A meta era analisar as competências matemáticas de alunos de diversas nações e possibilitar uma comparação global de desempenhos educacionais.

¹ Doutoranda do Curso de Educação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE/Cascavel-PR, arciellir@gmail.com;

Na busca por uma educação de qualidade, as avaliações educacionais em larga escala internacionais foram sendo desenvolvidas e utilizadas com o intuito inicial de verificar como os estudantes estavam aprendendo. Com isso, as avaliações foram desenvolvidas para medir o desempenho dos alunos em diversos países em diferentes áreas do conhecimento. Como aponta Rosa (2021, p. 36), “procurar melhorar a qualidade e a equidade da educação, bem como atender à crescente procura mundial relativamente aos investimentos feitos na oferta educativa”.

Estas avaliações foram elaboradas de forma padronizadas e com o objetivo de fornecer um conjunto de dados sobre o sistema educacional de um país, dessa forma, sendo possível identificar área do ensino o qual precisa ser melhorado. E através dos dados coletados o desempenho dos estudantes possa ser analisado e comparado internacionalmente. De acordo com Filho et al (2023, p.1), para realizar a análise de forma mais adequada sem ser tendenciosa, “Esta estrutura compara o desempenho observado dos alunos com o desempenho previsto dos alunos, dadas as particularidades contextuais do sistema educacional e estimando a chamada “métrica de eficácia”.

Para além disso, de um modo geral podemos dizer que no discurso oficial dos órgãos e instituições que elaboram as avaliações, o foco é monitorar a qualidade educacional, desenvolver políticas públicas, de transparência e accountability. Outro fator, presente intencional ou não, percebido foi a competitividade entre escolas de uma mesma rede. Contudo, o foco principal está na medição do desempenho dos alunos no aprendizado ou indiretamente a colocação que cada país avaliado ficou com o desempenho de seus alunos.

É extremamente importante ter uma perspectiva crítica para compreender os resultados das avaliações internacionais. Não é suficiente levar em conta apenas a posição do país nos rankings, se faz necessário explorar os critérios básicos, os elementos que afetam o rendimento e o cenário educacional, ou seja, não descontextualizando os condicionantes. Assim como,

Não podemos nos ater a uma análise superficial se olharmos apenas a posição do país numa lista. É preciso entender o que foi levado em consideração no diagnóstico, quais os fatores que podem influenciar positiva ou negativamente aquele resultado e tentar compreender o contexto no qual se situa esse diagnóstico. É importante observar, por exemplo, que o fraco desempenho do Brasil nesse programa é fruto de diversos fatores relevantes, sendo a defasagem idade-série um deles. (ARAÚJO e TENÓRIO, 2017, p. 361)

Percebemos que o foco está voltado apenas para os índices, ou seja, pelos resultados numéricos, e não no que vem causando esse fraco desempenho na aprendizagem dos estudantes brasileiros ou de outros países. Se faz necessário buscar os fatores que acabam influenciando nos resultados.

Assim como Araújo e Tenório apresentaram acima, compreendemos que há uma complexidade na análise dos resultados das avaliações os estudos realizados podem auxiliar no diagnóstico de como esses resultados podem afetar os sistemas educacionais. Os autores alertam contra uma visão simplista que se baseia apenas na posição de um país em rankings globais, evidenciando que, para uma interpretação adequada, é imprescindível ultrapassar a classificação simples. Eles ressaltam a importância de analisar os critérios utilizados nos diagnósticos e os fatores contextuais que afetam esses resultados. Araújo e Tenório destacam a importância de entender o contexto em que os sistemas educacionais funcionam para melhor interpretar os diagnósticos de desempenho, uma vez que esses resultados são o resultado de vários fatores interligados. Esta visão é crucial para evitar simplificações e fornecer soluções mais eficazes aos desafios.

Para a realização dessas avaliações educacionais, as entidades internacionais influenciaram ou até mesmo induzem os governos as realizassem. Evidentemente que a influência desses organismos ultrapassa a mera avaliação de resultados: eles também estabelecem tendências e prioridades na educação, impulsionando mudanças nos currículos e métodos de ensino com base nos resultados das avaliações. Além disso, ao fomentar a responsabilidade e a transparência, essas entidades estimulam a implementação de políticas fundamentadas em evidências, com o objetivo de aprimorar a equidade e a excelência da educação. Conforme LIU (2022) nos aponta em seus estudos que o Banco Mundial e outras entidades disponibilizam fundos e conhecimentos técnicos, auxiliando os países a realizar reformas na educação e aprimorar seus sistemas de ensino. Assim, o papel dessas entidades molda as orientações educacionais mundiais, impactando diretamente o curso da educação nos países que participam dessas avaliações.

De acordo com Pereira (2023, p.12), um destes organismos internacionais (OIs) que influencia a educação no mundo é a OCDE, o autor conclui que esta, tem um conjunto de aptidões técnicas, conhecimentos, métodos, recursos tecnológicos, ou seja, tem o “saber como fazer”. Assim sendo, estes organismos tem o conhecimento acerca dos indicadores e realiza as análises da política educacional, com isso, “constrói, difunde e divulga propostas e políticas, com o intuito de influenciar e interferir nas políticas dos

estados nacionais, buscando harmonizar um padrão educacional baseado nas premissas da chamada sociedade do conhecimento” (Pereira,2023, p.12).

As OIs desempenham um papel importante na determinação e impacto das avaliações educacionais em larga escala. Estes organismos como a OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) e a IEA (Associação Internacional para a Avaliação do Desempenho Educacional) lideram iniciativas globais como o PISA e o TIMSS, que não apenas medem o desempenho dos alunos, mas também definem padrões globais para a qualidade da educação. Essas organizações tem um impacto direto nas políticas educacionais ao fornecer dados comparativos que orientaram os governos sobre o desempenho de seus sistemas educativos em relação a outros países.

Esse impacto, nas políticas de educação é causado pela comparação e pela competição, no entanto, isso vai além, envolve todo o sistema educativo com efeito nos programas educacionais de um país, envolvendo os governos e seus agentes políticos e sociais. Teodoro (2012, p.28), aponta que os países e os sistemas educativos envolvidos tornam-se “prisioneiros de uma espécie de jogos olímpicos de nações, em que se colocam sob a forma de ranking dos sistemas educativos em termos de sua eficácia”.

Ainda que, esses instrumentos fornecessem informações relevantes para comparar o rendimento educacional entre países, há preocupação de que as métricas e padrões globais difundidos por esses organismos podem não espelhar corretamente os contextos e as particularidades locais. É uma questão muito atual e pertinente, assim como Jesus (2012) indagou que

[...] no momento em que se traçam metas nacionais e se busca um padrão nacional de qualidade, não se pode prescindir de políticas voltadas, especificamente, para o balizamento das unidades escolares, oferecendo-lhes condições minimamente adequadas de funcionamento para atender às necessidades do processo de ensino. Pois como se pode comparar realidades de escolas tão diferentes? Como comparar uma escola urbana, com laboratórios, biblioteca, sala de leitura, quadra de esportes, computadores, internet, entre outros, com escolas, por exemplo, rurais que possuem uma estrutura precária? Como esperar uma convergência de resultados entre esses tipos tão diferentes de escola? Políticas de responsabilização, sem o devido investimento humano e em infraestrutura, não serão capazes de mudar a realidade das escolas (JESUS, 2012, p.20).

O estudo de Jesus (2012) destaca a necessidade de políticas educacionais mais atentas às particularidades locais e estruturais. A procura por uma educação de qualidade em nível nacional deve ser acompanhada de ações efetivas para garantir a

igualdade nas condições de ensino, isto é, políticas que incluam tanto investimento em infraestrutura quanto na formação de profissionais da educação. O escritor questiona a possibilidade de definir um padrão nacional de qualidade e definir objetivos semelhantes para escolas que funcionam em ambientes extremamente variados, tanto em termos de infraestrutura quanto de condições socioeconômicas.

Dessa forma, a justificativa para esta pesquisa é a crescente relevância das avaliações educacionais em larga escala no contexto mundial. Conforme o mundo lida com os complexos desafios sociais e econômicos, é fundamental garantir que os sistemas de ensino estejam aptos a equipar os alunos com as competências exigidas para prosperar numa sociedade globalizada e fundamentada no conhecimento socialmente produzido. As avaliações internacionais, tais como PISA, TIMSS e PIRLS, até que ponto auxiliam fornecendo informações importantes para avaliar a efetividade dos sistemas de ensino e comparar o rendimento dos estudantes em diversos países e contextos. Compreendemos que, as avaliações são limitadas e simplificam muito o ensino, avaliam um específico momento não levando em consideração todo o processo ocorrido até chegar aquele momento.

Compartilhamos da mesma ideia de Horta Neto, Oliveira e Junqueira (2016, p. 26), que enfatizam que

Não se trata de satanizar tais testes cognitivos, mas de compreender que eles fornecem medidas limitadas da realidade que se pretende conhecer. O que se argumenta é que centrar todo esforço de coleta de informações para aquilatar a qualidade da educação usando apenas os testes e basear as políticas unicamente nos seus resultados gera muitas distorções.

Temos a compreensão de que a qualidade da educação não se reflete em apenas um momento de avaliação. Mas sim, que está qualidade se constrói com muitos outros momentos em sala de aula e nas vivências proporcionadas a estes indivíduos. Frequentemente, esses instrumentos focam em competências específicas, como raciocínio lógico e memorização, negligenciando elementos essenciais do aprendizado, como criatividade e pensamento crítico.

O que é apresentado para professores e redes escolares é que essas avaliações são ferramentas eficazes na formulação de políticas públicas informadas, fornecendo subsídios que apoiam a tomada de decisões estratégicas com o objetivo de melhorar a qualidade da educação e diminuir as desigualdades. Esta retórica é bem conhecida, tem se disseminado desde que o protagonismo das organizações internacionais passou a atuar

junto aos governos quando se refere a qualidade da educação. Com isso, Pereira (2018) aponta que a OCDE é um exemplo disso. Assim, com indutora

a Organização atua junto ao governo federal, no sentido de modificar, aperfeiçoar e criar estruturas e sistemas para aplicação de testes, de modo a controlar e fiscalizar as políticas educacionais, e induzi-las a adaptações, atuando nas decisões políticas e na execução de programas de verificação de rendimentos dos estudantes e das escolas (PEREIRA, 2018, p.122)

Assim, neste discurso de implementação de reformas educacionais para a melhoria da educação, as organizações internacionais (OIs) usam da avaliação dos dados obtidos permite a detecção de aparente dificuldade de aprendizagem, da análise da igualdade no acesso à educação e a criação de métodos de ensino mais eficientes, para atuar junto as políticas educacionais dos países avaliados. Com isso, os “OIs de diferentes áreas de atuação convergem para a definição de diretrizes comuns que orientem a formulação de políticas educacionais” (ABREU, 2022, p.121), em diferentes áreas da educação.

Assim, esta pesquisa é justificada pela necessidade de entender o efeito dessas avaliações no aprimoramento do desempenho acadêmico e no reforço das políticas educacionais tanto a nível mundial quanto e principalmente local.

O objetivo desta pesquisa é oferecer uma visão abrangente sobre as avaliações educacionais em larga escala, enfatizando sua importância para o acompanhamento do desempenho acadêmico e a criação de políticas educacionais mais eficientes. Os exames internacionais, como o PISA, TIMSS e PIRLS, têm uma função relevante ao fornecer informações comparativas sobre o rendimento dos estudantes em diversas nações e regiões. Esses achados possibilitam não apenas considerar os pontos fortes como os pontos a serem melhorados dos sistemas de educação, mas também possibilitam intervenções táticas para corrigir disparidades e aprimorar a qualidade da educação.

Além disso, ao avaliar competências em áreas fundamentais como leitura, matemática e ciências, essas avaliações oferecem dados específicos destas áreas, no entanto, usam dos resultados para a elaboração de currículos mais adequados às necessidades do século XXI. Eles podem auxiliar na orientação de investimento em recursos pedagógicos e programas de capacitação docente, com o objetivo de garantir que os alunos obtenham as habilidades necessárias para lidar com os desafios do mundo atual. Assim, as avaliações educacionais não são apenas um instrumento diagnóstico, mas

também podem auxiliar como práticas para transformações que fomentem a igualdade e a excelência na educação.

A metodologia deste artigo adota uma abordagem qualitativa, com um estudo descritivo e exploratório, focado na análise documental e bibliográfica. A qual recorreu a fontes primárias, tais como documentos governamentais e a fontes secundárias como pesquisas já publicadas sobre o assunto.

METODOLOGIA

Este artigo utiliza uma metodologia qualitativa, utilizando um estudo descritivo e exploratório, concentrando-se na análise de documentos e literatura. Os documentos oficiais de entidades internacionais e documentos referentes as avaliações educacionais em larga escala, como o PISA, TIMSS e PIRLS, entre outras avaliações, são as principais fontes. As fontes secundárias são estudos científicos já estabelecidos sobre os resultados dessas avaliações e suas consequências nas políticas de educação.

O objetivo da análise documental é reconhecer as características fundamentais dessas avaliações, abrangendo seus propósitos, técnicas de aplicação e efeitos divulgados. Por outro lado, a revisão bibliográfica procura situar -se teoricamente na investigação sobre as influências de entidades internacionais na elaboração de políticas educacionais, levando em conta as críticas e discussões sobre a pertinência e o impacto das avaliações em vários cenários nacionais. Assim, a abordagem possibilita uma compreensão detalhada das interações entre as avaliações internacionais e os sistemas de ensino locais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As avaliações educacionais, embora sejam importantes, estão consumindo uma quantidade excessiva de tempo na sala de aula devido à sua multiplicidade e sobrecarga. Além das avaliações feitas pelos docentes, há um aumento na pressão por avaliações a nível local, estadual, nacional e internacional. Esta profusão de exames frequentemente limita o tempo dedicado ao ensino e à aprendizagem, focando mais na preparação para exames do que no crescimento completo dos alunos. Isso pode causar um efeito adverso no contexto escolar, prejudicando a variedade de experiências educativas e o aprimoramento de habilidades fundamentais que não são contempladas por esses métodos.

As avaliações internacionais em larga escala são importantes para entender o desempenho educacional em diferentes países. Elas disponibilizam informações valiosas que auxiliam na elaboração de políticas educacionais e no aprimoramento da qualidade da educação. Contudo, é fundamental entender que essas avaliações podem levar a uma padronização excessiva e desviar a atenção às reais necessidades locais, fomentando uma perspectiva limitada de sucesso na educação. Ao dar prioridade a resultados quantitativos e classificações mundiais, elas podem acabar direcionando a educação para metas restritas, ao invés de uma educação mais abrangente e contextualizada, que valorize a diversidade e as particularidades culturais e sociais de cada país.

Assim como, ao elaborar as políticas educacionais a partir somente dos resultados dessas avaliações podem ter consequências problemáticas, como o estreitamento curricular, ou seja, focar nas disciplinas avaliadas. Assim, as políticas educacionais, em vez de promoverem uma educação inclusiva e transformadora, podem acabar reforçando desigualdades e limitando o potencial formativo da escola.

A tabela a seguir apresenta um panorama das principais avaliações internacionais em larga escala, contendo dados sobre a organização encarregada, ano de início, frequência e as disciplinas avaliadas. Estes dados são fundamentais para compreender a situação atual da educação mundial.

TABELA 1: Avaliações em Larga Escala: Organizações, Frequência e Disciplinas.

Avaliação	Organização Responsável	Ano de Início	Frequência	Disciplinas Avaliadas
PISA (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes)	OCDE	2000	A cada 3 anos	Leitura, Matemática, Ciências
TIMSS (Trends in International Mathematics and Science Study)	IEA	1995	A cada 4 anos	Matemática, Ciências
PIRLS (Progress in International Reading Literacy Study)	IEA	2001	A cada 5 anos	Leitura
IAEP (International Assessment of Educational Progress)	IEA	1991	A cada 3 anos	Diversas
ERCE (Estudo Regional Comparativo e Explicativo)	OREALC/ UNESCO (Santiago)	1997	Periodicamente	Leitura, Escrita, Matemática, Ciências
NAEP (National Assessment of Educational Progress)	NAEP	1969	A cada 2 anos	Matemática, Leitura, Ciências

ICCS (International Civic and Citizenship Education Study)	IEA	2009	A cada 5 anos	Educação Cívica e Cidadania
CIVED (Civics Education Study)	IEA	1999	A cada 5 anos	Educação Cívica

Fonte: Elaborado pela autora.

Ao analisar a tabela, observe que testes possuem uma periodicidade bem estabelecida, possibilitando comparações consistentes ao longo do tempo. Além disso, as disciplinas avaliadas, como português, matemática e ciências, enfatizam a importância das competências fundamentais para o progresso educacional. Outra questão, importante a se mencionar que dentre as avaliações acima na tabela, a única que não está mais em execução é a CIVED, que era realizada na década de 1990.

Ao analisarmos a tabela 1, chegamos as seguintes implicações e consequências:

1. Comparação de desempenho: Examinar as diferenças entre os resultados de avaliações como PISA, TIMSS e PIRLS entre nações e regiões. Isso pode fornecer perspectivas sobre a efetividade das políticas educacionais em vários cenários.
2. Identificação de tendências: Analisar as alterações nos resultados ao longo do tempo, particularmente nas avaliações realizadas em ciclos regulares (como as de cada três anos). Esta avaliação pode auxiliar na identificação de tendências educacionais, tais como avanços ou reduções no rendimento dos estudantes.
3. Relação entre políticas e resultados: Examinar a relação entre as políticas educacionais aplicadas em diversos países e os resultados das avaliações. Isso pode envolver a avaliação de leis, programas de estudo e técnicas de ensino.
4. Equidade na educação: Analisar de que forma as avaliações refletem a igualdade no acesso e na qualidade do ensino. Exames como o PISA e o TIMSS trouxeram informações sobre a diferença de rendimento entre diversos grupos socioeconômicos.
5. Impacto das avaliações na formulação de políticas: Examinar o impacto que as informações obtidas por essas avaliações têm na elaboração de políticas educacionais tanto a nível nacional quanto internacional. Isso pode envolver a mudança de programas de estudo ou a criação de programas de capacitação de docentes.
6. Análise das disciplinas avaliadas: Analisar quais matérias são mais avaliadas e quais exercem maior influência nas políticas de educação. Isso pode sugerir quais setores educacionais estão recebendo mais foco e recursos.
7. Discussão sobre metodologia: Analisar a metodologia empregada nas avaliações, abrangendo a forma como os dados são recolhidos e tratados. Isso pode abranger o debate sobre a validade e a fiabilidade dos exames, além das restrições dos procedimentos de avaliação.
8. Interpretação de resultados: Examinar os resultados das avaliações com base nos objetivos de aprendizagem e nas expectativas educacionais dos países envolvidos, proporcionando uma visão crítica de que os dados realmente representam para a educação.

Esses pontos nos oferecem informações valiosas que auxiliam na identificação de tendências, na promoção da igualdade na educação e na orientação de políticas educacionais. Uma diversidade de campos avaliados, que vão desde matemática e ciências até alfabetização e educação cívica, possibilita um entendimento completo das habilidades dos estudantes e das demandas educacionais em diversos cenários.

Mesmo que as avaliações internacionais em larga escala terem um papel fundamental no acompanhamento e comparação do rendimento educacional, é fundamental assumir que elas não estão livres de críticas. Como vimos nesta pesquisa, temos outras pesquisas e educadores que têm levantado questões sérias sobre as restrições e consequências dessas avaliações na educação escolar. Em seguida, abordamos alguns dos pontos críticos mais relevantes que precisam ser considerados.

1. Foco excessivo em resultados quantitativos: Avaliações em larga escala dão ênfase a dados numéricos, deixando de lado aspectos qualitativos cruciais da educação, como competências socioemocionais e criatividade.
2. Criação de uma cultura de “Testes: A ênfase em resultados de exames pode desviar a atenção do aprendizado relevante, convertendo as escolas em locais exclusivamente dedicadas à preparação de exames.
3. Desigualdade entre países e contextos: As comparações internacionais não são justas, uma vez que não levam em conta as diferenças socioeconômicas e culturais entre os países avaliados.
4. Estreitamento Curricular: A busca imposta por resultados estipulados pode resultar em um foco excessivo nas disciplinas avaliadas, relegando outras áreas do conhecimento para um plano secundário.
5. Influência nas políticas educacionais: Os resultados dos exames podem influenciar as políticas educacionais, sem considerar as necessidades e particularidades locais.
6. Desconsideração da diversidade dos alunos: As avaliações padronizadas não levam em conta corretamente a diversidade dos estudantes, incluindo aqueles com necessidades especiais ou que possuem outros idiomas.
7. Limitações metodológicas: As metodologias empregadas em certas avaliações podem não capturar fielmente a compreensão real dos estudantes, prejudicando a confiabilidade dos resultados.

8. Impacto emocional nos alunos: A pressão para alcançar bons resultados nas avaliações pode provocar estresse e ansiedade nos estudantes, prejudicando seu bem-estar e aprendizado.

Esses aspectos críticos nos fazem ponderar sobre a complexidade e as restrições das avaliações em larga escala no cenário educacional mundial. Apesar de serem instrumentos relevantes para avaliar o rendimento escolar e orientar políticas públicas, seus efeitos adversos não podem ser negligenciados. A conclusão é que, apesar das avaliações fornecerem informações valiosas, é necessário adotar uma estratégia mais equilibrada e contextual.

A análise crítica das questões levantadas sobre as avaliações internacionais em larga escala também está diretamente relacionada às leis e orientações educacionais que regulam e direcionam tais práticas. A tabela que vincula essas avaliações às leis ressalta como o Brasil, ao participar das avaliações internacionais como PISA, TIMSS e PIRLS, geralmente aderem às normas para a padronização e à accountability na educação, tais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) e o Plano Nacional de Educação (PNE). Contudo, ao aderir a essas orientações, é fundamental que as políticas educacionais levem em conta os impactos negativos das avaliações padronizadas, tais como o estreitamento do currículo e a desconsideração pela diversidade estudantil, conforme exposto anteriormente. A conciliação entre as demandas internacionais e as necessidades locais, previstas nas leis nacionais, deve procurar um equilíbrio, garantindo que as receitas auxiliem no aprimoramento da educação sem comprometer o desenvolvimento integral dos estudantes e a equidade na educação.

A Tabela 2, mostra as conexões entre as principais leis e orientações educacionais e as avaliações em larga escala internacionais. Esta tabela demonstra como as normas e leis nacionais e internacionais direcionam a participação de diversos países nesses testes padronizados, ressaltando os marcos regulatórios e seus impactos na aplicação e utilização desses testes uniformes.

TABELA 2: Relação das Leis e Diretrizes com Avaliações Internacionais

Leis/Normas	Relação com Avaliações Internacionais
Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394/1996	A LDB estabelece diretrizes para a educação e destaca a importância de garantir padrões mínimos de qualidade, conectando-se às avaliações internacionais que fornecem dados comparativos sobre a qualidade do ensino.

Plano Nacional de Educação (PNE) – Lei nº 13.005/2014	O PNE utiliza indicadores de desempenho de avaliações internacionais como o PISA para acompanhar a qualidade da educação e cumprir metas de equidade e universalização.
Lei nº 10.861/2004 – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)	Embora focado no ensino superior, o SINAES reflete a importância de avaliações institucionais, alinhando-se ao propósito das avaliações internacionais em monitorar a qualidade educacional.
Diretrizes da UNESCO	A UNESCO promove o direito à educação de qualidade e utiliza dados de avaliações internacionais para monitorar a equidade e o acesso educacional globalmente.
Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU – Agenda 2030	Os ODS, especialmente o ODS 4, dependem de avaliações como o PISA e TIMSS para monitorar o progresso global em educação inclusiva e de qualidade.
Acordos e Recomendações da OCDE	A OCDE promove o uso de avaliações como o PISA para reformar políticas educacionais, incentivando o uso de dados comparativos para aumentar a equidade e a qualidade da educação.
Constituição Federal Brasileira de 1988	A Constituição assegura o direito à educação de qualidade, sendo as avaliações internacionais uma ferramenta para medir a eficácia das políticas públicas educacionais e garantir esse direito.

Fonte: Elaborado pela autora.

A avaliação dos dados da Tabela 2, que vincula leis e orientações educacionais às avaliações internacionais em larga escala, demonstra como os marcos legais têm influenciado as práticas de avaliação e accountability nos sistemas de ensino globalmente. No cenário atual, a adesão a essas normas segue exercendo uma forte influência na participação dos países em avaliações globais como PISA, TIMSS e PIRLS, com a finalidade de acompanhar o rendimento escolar e orientar reformas na educação.

Estas leis evidenciam uma tendência em ascensão de conformidade com as normas internacionais, frequentemente impulsionada pela procura de competitividade mundial e pela exigência de cumprimento dos padrões de qualidade definidos por entidades internacionais. Contudo, essa conjuntura atual também suscita inquietações, pois, ao dar destaque às métricas padronizadas, muitas políticas de educação acabam por negligenciar as diferenças regionais, socioeconômicas e culturais.

Por exemplo, no Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e o Plano Nacional de Educação (PNE) exigem que o sistema educacional esteja em conformidade com padrões

internacionais de desempenho. No entanto, isso pode gerar pressões sobre escolas e docentes, resultando em um currículo focado em apenas disciplinas que são avaliadas e uma ênfase em métodos de ensino voltados para avaliações, em vez de uma educação integral e crítica dos estudantes. Isso é especialmente relevante num cenário em que a qualidade do ensino deve ser assegurada em todas as regiões, inclusive em áreas com recursos limitados.

No momento, é extremamente importante ponderar sobre como as políticas fundamentadas nessas avaliações em larga escala podem ser ajustadas para apreciar a diversidade dos sistemas de ensino e, simultaneamente, garantir que os resultados dessas avaliações auxiliem na construção de uma educação justa, inclusiva e alinhada às demandas locais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As avaliações internacionais em larga escala, como PISA, TIMSS e PIRLS, seguem sendo uma forma de para avaliar a qualidade da educação em várias nações. A persistência e a regularidade dessas avaliações demonstram o valor que governos e instituições de ensino dão ao acompanhamento do rendimento dos estudantes e à comparação de resultados em um cenário mundial.

A importância dessas avaliações também ressalta a necessidade de uma estratégia fundamentada em evidências para a criação de políticas e o aprimoramento constante dos sistemas de ensino. Portanto, as avaliações em larga escala não só oferecem um panorama da situação momentânea da educação, mas também atuam como um instrumento estratégico das OIs para incentivos práticos de ensino e lidar com os desafios educacionais mundiais. Por outro lado, as avaliações estão impactando na elaboração de políticas de educação, o que reforça a noção de que os governos estão usando os resultados dessas avaliações para orientar suas políticas. Isso é fundamental, já que evidencia que os resultados das avaliações internacionais desempenham um papel relevante na implementação das reformas educacionais e na distribuição de recursos.

Um ponto importante referente a avaliação, é que os dados podem indicar diferenças nos resultados entre diferentes grupos socioeconômicos ou regiões, ressaltando o problema da equidade. Isso sugere que, mesmo com a intenção de aprimorar a educação, as avaliações em larga escala nem sempre conseguem abordar as disparidades educacionais, que são encontradas num país como o nosso de proporções continentais.

As informações da Tabela 1 destacam a relevância de levar em conta as implicações reais e práticas das avaliações em larga escala. Eles demonstram que, embora essas avaliações proporcionem percepções valiosas para as políticas e o desempenho educacional global, também originaram uma variedade de desafios. Esses dados, evidenciam a necessidade de uma implementação crítica e contextual dessas avaliações, prevenindo a criação de mais desigualdades ou a uma limitação da educação a uma perspectiva exclusivamente quantitativa do sucesso escolar.

A aplicação dessas avaliações deve ser complementada por políticas que levem em conta as especificidades locais e as necessidades diversas dos estudantes. Portanto, suas contribuições enfatizam a importância de políticas de educação que equilibram as necessidades mundiais com os obstáculos nacionais e regionais.

Os dados apresentados na Tabela 2, que vinculam leis e orientações educacionais a avaliações internacionais em larga escala, trazem consequências significativas, particularmente no que se refere ao efeito dessas avaliações nas políticas de educação e na prática pedagógica. Essas informações indicam que, em diversos países, a participação em avaliações como PISA, TIMSS e PIRLS é estimulada por leis e compromissos internacionais com o objetivo de uniformizar e comparar o rendimento educacional a nível mundial.

Isso nos indica que as avaliações em larga escala são um instrumento que vai além da mera avaliação do rendimento dos estudantes. Elas têm um impacto direto na criação de políticas públicas, na distribuição de recursos e nas táticas pedagógicas empregadas nas instituições de ensino, especialmente em nações que buscam atender às exigências internacionais de qualidade na educação. Contudo, as informações também apontam obstáculos, como a propensão a valorizar resultados numéricos, o que pode subestimar elementos mais abrangentes do processo de ensino-aprendizagem, como o crescimento crítico e criativo dos estudantes.

Assim, devemos levar em conta como essas avaliações, guiadas por leis e diretrizes, tanto auxiliam na melhoria dos sistemas educacionais quanto provocam efeitos indesejados, como a estreitamento do currículo e a pressão sobre docentes e discentes. Portanto, se faz necessário um equilíbrio entre o cumprimento das diretrizes internacionais e a atender às necessidades específicas dos contextos locais, com o objetivo de garantir que as avaliações em larga escala sejam empregadas de maneira construtiva e inclusiva.

Freitas (2014) também nos mostra esta questão do estreitamento curricular, segundo ele:

O direito à formação ampla e contextualizada que todo ser humano deve ter é reduzido ao direito de aprender o “básico” expresso nas matrizes de referência dos exames nacionais, assumido ali como *o domínio que é considerado “adequado” para uma dada série escolar nas disciplinas avaliadas* – não por acaso as que estão mais diretamente ligadas às necessidades dos processos produtivos: leitura, matemática e ciências. Convém enfatizar que são as matrizes de referência dos exames e não o currículo prescrito, a base nacional comum, que definem o que será considerado como “básico”. (FREITAS, 2014, p. 1090).

O autor argumenta que a ênfase nas matrizes de referência dos exames nacionais reduz o conceito de formação ampla e contextualizada a um entendimento restrito de "aprender o básico". Esta metodologia restringe as oportunidades de aprendizado e crescimento dos estudantes, pois não inclui outras facetas do saber e da cultura que são essenciais para a formação crítica e cidadã.

Outro ponto crítico que levantamos é a influência de forma negativa na formulação dos currículos, no estreitamento curricular que fica cada dia mais evidente nas escolas, pois existe uma priorização, ou seja, as disciplinas avaliadas estão sendo o foco, conseqüentemente as demais disciplinas estão ficando em um segundo plano. Com isso, essas avaliações podem restringir o currículo e reduzir a educação a um grupo de resultados quantificáveis, prejudicando a meta de formação de cidadãos completos e com uma educação rica e diversificada.

Assim como, Menegão (2016) em sua pesquisa pode verificar que:

[...] a ênfase dada pela avaliação em larga escala, aos aspectos cognitivos de Língua Portuguesa e Matemática, tem induzido ao estreitamento curricular, especialmente porque promove situações em que ensinar e aprender para o teste seja a razão principal do fazer docente. Os professores relataram que os esforços são concentrados nos conteúdos e nas disciplinas que serão avaliadas, chegando ao extremo de desconsiderar as demais, mesmo que altamente relevantes para a formação do estudante, como as que foram citadas (MENEGÃO, 2016, p.648).

Concluimos que, as avaliações em larga escala têm um papel fundamental na mensuração do desempenho escolar e na elaboração de políticas educacionais, ao oferecerem informações valiosas sobre o sistema de ensino. Contudo, com base nas análises realizadas, fica claro que essas avaliações, ademais de suas contribuições, também apresentam desafios significativos, tais como o estreitamento do currículo, a

pressão sobre docentes e discentes, e a desconsideração das diversidades regionais, culturais e socioeconômicas.

Os resultados indicam que, para que as avaliações em larga escala sejam construtivas, é preciso equilibrar a adesão aos padrões internacionais com as demandas locais. É necessário levar em conta uma estratégia mais abrangente e contextualizada que incentive não apenas o rendimento acadêmico avaliado por exames, mas também uma educação holística que valorize as competências críticas, criativas e socioemocionais dos alunos.

Do mesmo modo que, apesar das avaliações educacionais terem um papel importante, elas estão consumindo um tempo demasiadamente longo em sala de aula, devido à sua multiplicidade e excesso de trabalho. Não apenas os professores aplicam avaliações, mas também existe uma pressão crescente para cumprir testes realizados pelas unidades federativas de forma local, estadual, nacional e internacional. Esta enxurrada de avaliações está limitando o tempo reservado para o ensino e a aprendizagem, direcionando a atenção para a preparação dos alunos para as provas, em prejuízo do crescimento completo dos alunos. Como resultado, o ambiente escolar pode sofrer um impacto negativo, prejudicando a diversidade de experiências educacionais e o aprimoramento de habilidades fundamentais que não são devidamente identificadas por esses métodos de avaliação.

Assim, a conclusão final ressalta a necessidade de reavaliar a aplicação dessas avaliações, com o objetivo de garantir uma educação justa e inclusiva, ajustada aos contextos locais, sem comprometer a formação integral e cidadã dos estudantes. Assim como, Abreu (2022, p. 137) aponta em sua pesquisa que “é fundamental analisar as diretrizes para as políticas educacionais que emergem dos OIs, aparentemente “bem-intencionados”, mas que, [...], determinam a sociedade capitalista, em detrimento da emancipação crítica dos sujeitos”.

Avaliar é importante e faz parte do processo do ensino-aprendizagem, mas ter uma vasta variedade de avaliações educacionais em larga escala, vem causando mais dificuldades do que solucionando os problemas existentes na educação.

REFERÊNCIAS

ABREU, Lucenilda Sueli Mendes Cavalcante. Diretrizes da Unesco para a formação continuada de professores na América Latina e Caribe. 2022. Disponível em:

<https://cajapio.ufma.br/index.php/reducacaoemancipacao/article/view/20559> Acesso em: 12 ago 2024.

Brasil. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 1996. Disponível em: <http://www.ltr.com.br/loja/folheie/5673.pdf> acesso em: 15 jun. 2024.

Brasil. Congresso Nacional. Lei 13.005/14. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Congresso Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 25 jun. 2014. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13005-25-junho-2014-778970-publicacaooriginal-144468-pl.html> acesso em: 21 jun. 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em 20 jul. 2024.

Brasil. Ministério da Educação. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Brasília: MEC, 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/Lei/L10.861.htm. Acesso em: 18 jul. 2024.

Cardoso Silva Filho RL, Garg A, Brito K, Adeodato PJJ, Carnoy M (2023) Além das pontuações: Uma abordagem de aprendizado de máquina para comparar a eficácia do sistema educacional. PLoS ONE 18(10): e0289260. Disponível em: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0289260> Acesso em: 10 out 2024.

CNE. TIMSS. 2024. Disponível em: <https://www.cnedu.pt/pt/noticias/internacional/1612-timss-2019> Acessado em: 08 jul. 2024.

FREITAS, L. C. Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico da escola. Educação & Sociedade, Campinas, v. 35, n. 129, p. 1085-1114, out./dez. 2014. DOI 10.1590/es0101-73302014143817 Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/xm7bSyCfyKm64zWGNbdy4Gx/?format=pdf&lang=pt> Acessado em: 15 Jul 2024.

HORTA NETO, J. L.; JUNQUEIRA, R. D.; OLIVEIRA, A. S. Do Saeb ao Sinaeb: prolongamentos críticos da avaliação da educação básica. Em Aberto, Brasília, v. 29, n. 96, p. 21-37, maio/ago. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.24109/2176-6673.emaberto.29i96.%25p> Acessado em: 28 Jul 2024.

IEA. PIRLS - Progress in International Reading Literacy Study. 2024. Disponível em: <https://www.iea.nl/studies/iea/pirls> Acessado em: 11 Jun. 2024.

IEA. Internal Auditing Education Partnership Program (IAEP). Disponível em: [https://www.theiaa.org/en/about-us/initiatives-and-awards/academic-relations/internal-auditing-education-partnership-program/#:~:text=Programs%20\(Foundation\).-Centers%20for%20Internal%20Auditing%20Excellence%20\(Centers\),and%20longevity%20of%20the%20program](https://www.theiaa.org/en/about-us/initiatives-and-awards/academic-relations/internal-auditing-education-partnership-program/#:~:text=Programs%20(Foundation).-Centers%20for%20Internal%20Auditing%20Excellence%20(Centers),and%20longevity%20of%20the%20program). Acessado em: 22 Ago 2024.

IEA. Internacional Civic and Citizenship Education Study (ICCS). Disponível em: <https://www.iea.nl/studies/iea/iccs> Acessado em: 30 Jul 2024.

IEA. Civic Education Study (CIVED). Disponível em: <https://www.iea.nl/studies/iea/cived> Acessado em: 30 jul. 2024

JESUS, G. R. Políticas Públicas e condições da educação básica no Brasil: análise do índice do desenvolvimento da educação básica à luz de fatores contextuais. In: CUNHA, C.; SOUSA, J. V.; SILVA, M. A. (Orgs.). Avaliação de políticas públicas de educação. Brasília: Liber Livro, 2012.

MENEGÃO, Rita de Cássia Silva Godoi. Os impactos da avaliação em larga escala nos currículos escolares. Doi. **Práxis Educativa**, v. 11, n. 3, p. 641-656, 2016. Disponível em: [file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/gilmarcruz,+7+Artigo+Menegao%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/gilmarcruz,+7+Artigo+Menegao%20(2).pdf) Acessado em: 14 Jul 2024.

Movimento pela base. National Assessment of Educational Progress (NAEP). 2021. Disponível em: <https://observatorio.movimentopelabase.org.br/wp-content/uploads/2022/07/versao-executiva-national-assessment-of-educational-progress-naep.pdf> Acessado em: 10 ago. 2024.

OECD. Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA). Disponível em: <https://www.oecd.org/en/about/programmes/pisa.html> Acessado em: 08 jul. 2024.

ONU. Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf> Acessado em: 10 jul. 2024.

PEREIRA, Rodrigo da Silva. OCDE, PISA e POLÍTICA EDUCACIONAL. 2018. 2023. Disponível em: <https://sites.pucgoias.edu.br/pos-graduacao/mestrado-doutorado-educacao/wp-content/uploads/sites/61/2018/05/Rodrigo-da-Silva-Pereira.pdf> Acessado em: 15 Jul. 2024.

Rosa, Vítor. (2021). Avaliação internacional em larga escala: a participação de Portugal no TIMSS, PIRLS e ICILS. REVISTA EDUSER. 13. 2021. 10.34620/eduser.v13i1.148. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/353466228_Avaliacao_internacional_em_larga_escala_a_participacao_de_Portugal_no_TIMSS_PIRLS_e_ICILS acessado em: 20 out 2024.

Santos Araújo, M. de L. H., & Tenório, R. M. (2021). Resultados brasileiros no PISA e seus (des)usos. *Estudos Em Avaliação Educacional*, 28(68), 344–380. Disponível em: <https://doi.org/10.18222/eae.v28i68.4553> Acessado em: 29 jul. 2024.

TEODORO, António; JEZINE, Edineide (orgs.). Organizações internacionais e modos de regulação das políticas de educação: indicadores e comparações internacionais. Brasília: Liber Livros, 2012.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Educação 2030: Declaração de Incheon: Rumo a uma educação de qualidade inclusiva e equitativa e à educação ao longo da vida para todos. Brasília: Unesco, 2016. Disponível

em: http://www.unesco.org/new/pt/brasil/abouthisoffice/singleview/news/education_2030_incheon_declaration_and_and_framework_for_ac/ Acesso em: 14 JUN. 2024

Xinyu, Liu. (2021). 2. A Comparative Study on the Roles of the World Bank, the OECD and UNESCO in Global Education Policy Making. doi: 10.2991/aebmr.k.220404.103 Disponível em: <https://www.atlantipress.com/proceedings/cike-22/125972930> acesso em: 03 out 2024.